

Presentismo, veritação e referência ao passado

César Schirmer dos Santos (UFSM)

O que torna um enunciado sobre o passado verdadeiro? A meu ver, nada. Mas isso não é problema, pois em alguns casos é perfeitamente aceitável que um enunciado verdadeiro não seja tornado verdadeiro por nada. O discurso sobre o passado é um desses casos nos quais podemos ter verdade sem haver nada que dê verdade. Ou, ao menos, é isso o que defenderei nesse artigo.

Na sequência desse debate, trataremos de outras questões relacionadas ao discurso sobre o passado. Barba de Platão à parte, veremos que o passado não precisa ser alguma coisa para poder ser dito ou pensado, o que nos esclarecerá sobre nossos compromissos ontológicos com respeito ao passado. Também veremos alguns pontos mais técnicos sobre a sintaxe e a semântica dos nomes próprios, a análise das flexões verbais e o apelo a entidades abstratas.

Presentismo e referência ao passado

De acordo com o presentismo, o único tempo que existe é o presente, e todos os indivíduos reais são os indivíduos que existem no presente. Mas, se é assim, então parece que chegamos a uma problema sobre a linguagem: o que torna verdadeiros ou falsos os enunciados sobre indivíduos que não existem mais? Se o presentismo diz que Sócrates e Platão nada são, então parece que nada pode ser dito sobre Platão e Sócrates, pois parece que o presentismo ressuscita o venerável problema da barba de Platão, isto é o problema do discurso sobre o não-ser, o qual parece exigir que o não-ser seja (cf. Quine 2011, 12).¹ Isto é, dada a teoria presentista da realidade, o discurso sobre o passado parece ser impossibilitado, pois se os entes que não mais existem nada são, então como podemos falar ou pensar sobre eles?

¹ É de se notar que uma solução para o problema da barba de Platão que se limite a dizer que o não-ser é, pois não-ser é outra coisa, redundando no apelo a uma estratégia argumentativa inócua, pois está apenas usando a expressão “não-ser” como sinônimo de “outro indivíduo”, o que não é problemático, mas também não é pertinente para a discussão do discurso sobre o que não é nem esta nem outra coisa. Cf. Fornazari (2011).

Dada essa metafísica,² o presentismo nadifica, por exemplo, os indivíduos que existiram mas não existem mais, como Sócrates e Platão, e com isso parece impossibilitar o discurso sobre esses filósofos.³ O problema é que, aparentemente, não podemos predicar algo sobre nada, nem afirmar a existência do que não tem realidade alguma (cf. Donnellan 1977, Cardoso 2011). De modo que, aparentemente, o presentismo não tem como dar conta, de maneira satisfatória, do discurso sobre o passado.

Como o presentismo lida com esse problema? Há várias estratégias, dentre as quais destaco (cf. Caplan e Sanson 2011) a tese de que há suplentes ou substitutos presentes (isto é, algum *ersatz*) para os indivíduos passados (daí o *ersatzismo* de alguns presentistas) e a tese de que nem toda verdade requer que haja aquilo que a torna verdadeira, tese essa que eu chamo de *antiveritacionismo*,⁴ por razões que apresentarei adiante. Neste capítulo não falarei do ersatzismo, proposta que foi muito habilmente defendida por McKinnon e Bigelow (2011).⁵ Ao invés disso, me ocuparei da estratégia antiveritacionista, mostrando que o presentismo não é prejudicado por haver verdades (*truths*) sem veritadores (*truth-makers*), pois nem sempre é um *problema* que

² Partindo de Kit Fine (2005, 133 e 299), trabalho com a seguinte distinção entre metafísica e ontologia: **Metafísica**. Há investigações sobre *como* a realidade é. Essas investigações podem dizer, por exemplo, que as modalidades (necessidade e possibilidade) são primitivas, ou que os tempos verbais (passado, presente e futuro) são primitivos. Tais investigações são *metafísicas*, no sentido em que a metafísica, enquanto teoria da realidade, é a disciplina que explica *como* as coisas são. Por exemplo, uma teoria metafísica pode nos dizer que a realidade é tal que os tempos verbais a descrevem adequadamente, pois a realidade é temporalmente flexionada; ou uma teoria metafísica sobre o mesmo tema pode seguir a linha de Spinoza, e dizer que “Na medida em que a mente concebe uma coisa sob os ditados da razão, ela é afetada igualmente, quer a ideia seja de uma coisa futura, passada, ou presente” (*Ética* 4p62). Assim, quando uma presentista defende que a realidade é bem descrita pela série-A, constituída pelas propriedades de ser passado, ser presente e ser futuro, e uma eternista defende que a realidade é bem descrita pela série-B, constituída pelas propriedades de ser anterior, ser simultâneo e ser posterior, as duas filósofas estão discordando quanto à natureza da temporalidade, de modo que a discordância é metafísica.

Ontologia. Também há investigações sobre *quais* coisas ou tipos de coisas fazem parte do domínio do real. Essas investigações podem dizer, por exemplo, que apenas objetos atuais existem (atualismo modal), ou que objetos possíveis também existem (possibilismo modal); para dar mais um exemplo, essas investigações podem dizer que apenas objetos presentes existem (presentismo), ou que quaisquer objetos, existentes em quaisquer partes da série do tempo, existem igualmente (eternismo). Tais investigações são *ontológicas*, no sentido em que a ontologia, enquanto teoria sobre o que faz parte do domínio do real, isto é sobre o que há, é a teoria que estabelece quais coisas são. Assim, quando uma presentista defende que, dos objetos temporais, só objetos existentes no presente fazem parte do domínio do real, e uma eternista defende que objetos que existiram no passado ou existirão no futuro também fazem parte desse domínio, as duas filósofas estão discordando sobre as coisas que fazem parte desse domínio, de modo que a discordância é ontológica.

³ Também pode parecer que o presentismo impossibilita o discurso e a ciência históricos, dado que os mesmos tratam de indivíduos que não mais existem, logo irrealis segundo os rigores presentistas. No entanto, aqui se vê o valor e a importância da estratégia ersatzista adotada por alguns presentistas, como por exemplo McKinnon e Bigelow (2011). Para esses autores presentistas, o discurso sobre os mortos e outros indivíduos que não mais existem tem veritadores reais, como por exemplo as relíquias arqueológicas e outros vestígios. Embora eu não privilegie essa estratégia, pois sigo o caminho de Tallant (2009), de tomar o discurso sobre o passado por algo baseado em nada, faço questão de notar que a mesma está de acordo com a metodologia, epistemologia e prática dos historiadores, os quais parte das evidências presentes para chegar ao passado. Cf. a segunda parte de Ricoeur (2007).

⁴ Esta posição também é chamada de *presentismo incendiário*. Cf. Caplan e Sanson (2011, 198).

⁵ Cf. nota 3.

uma verdade careça de veritador. Enunciados sobre indivíduos passados, isto é sobre indivíduos que existiram, mas não existem mais, podem ser verdadeiros em virtude de *nada*, pois em alguns casos eles são verdadeiros mas não há nada que os torne verdadeiros. Para mostrar isso, discutirei duas teses (cf. Davidson 2011):

- **Veritação (*truth-making*):** Se uma sentença é verdadeira, então algo a torna verdadeira
- **Superveniência:** A verdade sobrevém ao ser

A primeira tese será diretamente discutida neste capítulo, e a segunda tese será mostrada como aplicável, no máximo, a um subconjunto das verdades, pois se pode haver sentenças verdadeiras sem veritadores (negação da tese Veritação), então pode haver casos nos quais verdades não sobrevém à realidade (negação da tese Superveniência). Por vezes, essas teses, Veritação e Superveniência, são tratadas como *princípios* inquestionáveis. No entanto, seguindo Tallant (2009), defenderei que essas teses são apenas *hipóteses*.

Veritação

Se a sentença “*p*” é verdadeira, é porque *p* é o caso. Isto é, se “A grama é verde” é verdade, é porque a grama é verde; se “Eu estou aqui agora é verdade”, é porque eu estou aqui agora. Parece que verdade alguma pode escapar a esse esquema, o que conspira para que tomemos a tese Veritação por um princípio autoevidente.

No entanto, há verdades que não estão de acordo com a tese Veritação. Enunciados existenciais negativos verdadeiros, como “Papai Noel não existe”, ou “A Mulher Maravilha não existe”, não são tornados verdadeiros por nada, o que mostra que Veritação não é uma tese que se aplica a qualquer verdade. De modo que é possível que “*p*” seja verdade sem que *p* seja o caso.

Ainda não acredita? Talvez você tenha razão em duvidar, pois é preciso explicar melhor. Quando temos um enunciado existencial negativo verdadeiro “*p*”, não temos *p* *metafisicamente*, mas “temos” *p* no esquema *semântico*. É claro que se “Papai Noel não existe” é verdade, então Papai Noel não existe. Mas isso diz respeito apenas à satisfação *formal* do esquema semântico. Do ponto de vista *material*, metafísico, não há, *positivamente*, algo que seja a *não* existência do Papai Noel. A não existência do Papai Noel é um “fato” semântico, mas não é fato metafísico algum. É isso o que se quer dizer, ao se dizer que os enunciados existenciais negativos verdadeiros não estão de acordo com a tese Veritação, apesar de estarem de acordo com o esquema semântico que diz que “*p*” é verdade se e somente se *p* (cf. Davidson 2001).

Você poderia insistir que assim como há um “fato” semântico, há um fato metafísico negativo que torna “Papai Noel não existe” verdadeiro. No entanto, se é um fato metafísico negativo, então nada interfere no que há, dado que diz respeito apenas ao que não há (cf. Tallant 2009, 410). Ora, Veritação diz respeito ao que há, não ao que não há. De modo que fatos metafísicos negativos não vão te ajudar. Aliás, os supostos fatos metafísicos negativos também não estariam de acordo com a tese Superveniência, a qual diz que a verdade sobrevém ao ser, mas não diz que a verdade sobrevém ao não-ser.

Em resumo, há casos que são explicados por Veritação, e há casos que não são explicados por essa tese. De modo que Veritação não pode ser um princípio que se aplique a toda e qualquer verdade. Mas, se Veritação não é um princípio que rege a verdade de todo e qualquer enunciado, então Superveniência também não é um princípio que diz respeito a todo e qualquer enunciado, pois se há enunciados que não são tornados verdadeiros por nada, então nem sempre a verdade emerge do ser. Ora, como há tais enunciados que são verdadeiros por nada, concluímos por *modus ponens* que nem sempre a verdade emerge do ser.

Mas, se Veritação não é um princípio universal, qual seu estatuto teórico? Creio que Tallant (2009) está certo ao tomar Veritação por uma *hipótese*, a qual é correta

em alguns casos, incorreta em outros. Para cada tipo de enunciado, precisamos testar a hipótese Veritação, para descobrir se a mesma se aplica, ou não. Pode-se dizer que Veritação se aplica a todos os enunciados existenciais positivos, e também às predicções envolvendo indivíduos reais ou predicados não-vazios (cf. Cardoso 2011). No entanto, é problemática a aplicação de Veritação a enunciados existenciais negativos e a enunciados sobre indivíduos temporais, mas inexistentes no presente.⁶

Daqui em diante, quando eu estiver falando de Veritação, estarei falando de fatos do ponto de vista material-metafísico, não formal-semântico.

O passado

Para uma presentista, tudo o que é real existe no presente. O filósofo Sócrates, por exemplo, não existe. Nem o filósofo Platão. Ambos morreram faz muito tempo. Logo, segundo o presentismo, nem Sócrates nem Platão são reais. É por isso que, para uma presentista, não há nada que torne verdadeiro o enunciado verdadeiro “Platão foi discípulo de Sócrates”. Esta violação, em um enunciado sobre o passado, da tese Veritação sai impune, tal como no caso dos enunciados existenciais negativos verdadeiros.

Como nem Sócrates nem Platão existem, não há nada que torne o enunciado acima verdadeiro. À presentista se abre o dilema: ou o enunciado não é verdadeiro, ou a Veritação foi burlada. Mas o enunciado é verdadeiro. Logo, pela regra do silogismo disjuntivo, a tese Veritação foi burlada.

O que vale para esse enunciado, vale para todos os enunciados sobre o passado. Muitos deles são verdadeiros, mas nada os torna verdadeiros.

Não custa repetir: exigir que toda verdade tenha algo que a torna verdadeira é implausível, como mostra o caso dos enunciados existenciais negativos verdadeiros. Veritação não pode ser um princípio geral, com aplicação para toda e qualquer verdade. De modo que devemos checar as teorias que fazem tal exigência geral, tal como o eternismo, a teoria metafísica do tempo que é a principal rival do presentismo. Enquanto, para a presentista, os únicos objetos temporais reais são aqueles que existem no presente,⁷ para a eternista qualquer objeto temporal, com existência em qualquer parte da série de eventos temporais, é igualmente real. Costuma ser visto como um trunfo do eternismo estar de acordo com Veritação. No entanto, tal vantagem é ilusória, pois Veritação é, no máximo, uma hipótese a ser confirmada em cada caso, ao invés de um princípio que rege ou deva reger toda e qualquer verdade.

Compromisso ontológico

⁶ Nem todas as teorias que poderíamos chamar de presentistas concordariam com isso. Lloyd (1978), por exemplo, defende que há uma assimetria entre indivíduos passados e indivíduos futuros, pois os mesmos, uma vez dados ao universo do discurso, sempre se manteriam disponíveis ao mesmo, pois seria indevido concluir da inexistência metafísica a indisponibilidade linguística. O mesmo não valeria para os indivíduos futuros, pois os mesmos ainda não foram dados, de modo que de fato estão indisponíveis. O problema, como notou Giovanni Godoy Felice em uma conversa privada, é que tal tese parece colapsar o presentismo na tese do universo em crescimento. Enquanto o presentismo diz que somente os indivíduos existentes no presente são reais, a teoria do universo em crescimento diz que os indivíduos que existiram no passado e os indivíduos que existem no presente são igualmente reais. Creio que, pela distinção entre características metafísicas e características linguísticas, seria possível manter o caráter presentista da posição de Lloyd, mas isso é assunto para outro estudo.

⁷ Note que o presentismo é uma teoria sobre a realidade das coisas que existem no tempo, a qual nada diz sobre o que não existe no tempo, como por exemplo os abstratos em geral, sejam esses números, proposições ou propriedades. Cf. Fiocco (2007).

Talvez você ainda não tenha sido convencida por nada disso. Eis uma dúvida que pode passar pela sua cabeça: o uso de um nome próprio, como “Sócrates”, ou “Platão”, não implica um compromisso ontológico com a realidade dos indivíduos nomeados?

Isso certamente não pode ser o caso, por razões apresentadas por Ludwig Wittgenstein no parágrafo 40 das *Investigações filosóficas*:

[...] a palavra “significação” é usada incorretamente, quando se designa com ela a coisa que “corresponde” à palavra. Isto é, confunde-se a significação de um nome com o *portador* do nome. Se o sr. N. N. morre, diz-se que morre o portador do nome, e não que morre a significação do nome. E seria absurdo falar assim, pois se o nome deixasse de ter significação, não haveria nenhum sentido em dizer: “O sr. N. N. morreu”. (Wittgenstein 1989, §40, ênfase do autor)

É claro que um nome pode ter significado, mesmo que não tenha referência, pois do contrário a morte de alguém tornaria seu anúncio fúnebre um enigma semântico, o que simplesmente não é o caso. Usar um nome não implica se comprometer ontologicamente com a existência do indivíduo nomeado, como bem mostra o caso do finado sr. N. N.

Nomes e referência direta

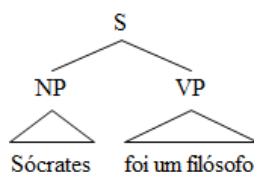
Talvez haja outra coisa que te incomode: uma teoria dos nomes próprios não requer referência direta, e referência direta não requer compromisso ontológico?

Se fosse assim, teríamos uma razão imediata para rejeitar uma teoria da referência direta, apoiados nas razões apresentadas na seção anterior. Creio, no entanto, que deveríamos resistir à visão simplista da teoria da referência direta que está suposta nessa questão (cf. Evans 1982, 2.5–3.1), pois dessa teoria simplesmente não segue um modo *a priori* de se provar a existência de indivíduos nomeados (cf. McKinsey 1998, mas também Frankfurt 1989). De modo que essa discussão requereria, antes de tudo, esclarecimentos sobre a metafísica da teoria da referência, o que não me cabe apresentar neste estudo.

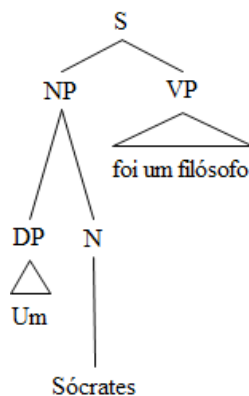
Sintaxe

A questão da referência a indivíduos passados, como Sócrates e Platão, requer estudos metafísicos, tais como os que apresento neste capítulo, mas também estudos semânticos, tais como o mencionado acima, e estudos sintáticos, tais como o que esboço a seguir.

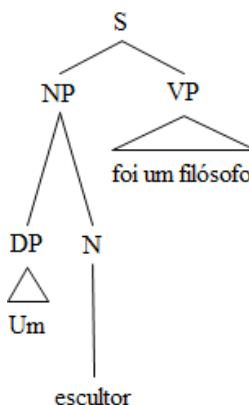
Tomemos o enunciado “Sócrates foi um filósofo”. No interior da sentença expressada pelo enunciado, o nome “Sócrates” figura em um sintagma substantivo (NP):



É de se notar que um nome próprio pode ser afetado por um determinador ou quantificador tal como um artigo definido ou indefinido, de modo que podemos dizer, de maneira perfeitamente gramatical, “O Sócrates foi um filósofo”, ou “Um Sócrates foi um filósofo”:



Ora, mas se um nome próprio é capaz de ser afetado por um determinador ou quantificador (cf. Chierchia 2008, cap. 2), então um nome próprio funciona, do ponto de vista sintático, tal como um substantivo. Vemos isso claramente ao substituir o nome próprio por um substantivo, dizendo, por exemplo, “Um *sofista* foi um filósofo”, ou “Um *escultor* foi um filósofo”:



Levando em conta essas evidências, podemos dizer que, do ponto de vista sintático, um nome próprio funciona tal como um substantivo.

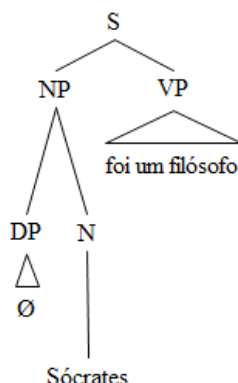
É claro que isso não é suficiente para se concluir que, do ponto de vista semântico, um nome próprio funciona tal como um substantivo, muito menos para se concluir que, do ponto de vista metafísico, a denotação de um nome próprio é tal como a denotação de um substantivo. Mas isso é suficiente para se estabelecer que, do ponto de vista semântico, um nome próprio funciona tal como um substantivo ligado a um artigo, isto é como uma expressão que significa se descreve, não como uma expressão diretamente saturada por uma entidade (cf. Ludlow 2007). Assim sendo, concluímos novamente que o uso de um nome próprio não gera, por si só, um compromisso ontológico com a existência ou realidade do indivíduo nomeado.⁸

Meu argumento sintático talvez lhe traga a seguinte dúvida: será que meu argumento geral se aplica ao caso específico do enunciado “Sócrates foi um filósofo”? Como meu argumento se apoiaria na determinação ou quantificação do nome “Sócrates”, mas nenhum artigo definido ou indefinido o está quantificando no enunciado apresentado mais acima, parece que essa não pode ser a análise sintática correta, e que isso nada diz sobre as condições semânticas, muito menos sobre a metafísica.

Para responder a isso, é preciso notar que pode acontecer de um constituinte sintático e semântico de uma sentença não receber uma realização fonética (não ser

⁸ Disso não segue, nem sugiro, que a teoria da referência direta está errada, pela sintaxe descritiva de um nome próprio. Novamente, chamo a atenção para a necessidade de se esclarecer o que queremos dizer com “teoria da referência”, e para a importância dos estudos semânticos e metafísicos sobre a mesma, tal como Evans (1982, 2.5–3.1), Soames (2002) e Berger (2002).

dito) no enunciado, embora faça parte da estrutura sintática e das condições semânticas (cf. Ludlow 2005, 2007). Assim, em conformidade com as evidências apresentadas acima, a estrutura sintática mínima de “Sócrates foi um filósofo” seria:



Nessa estrutura sintática e semântica está reservado um lugar para o artigo definido, o qual não foi realizado foneticamente, mas ainda assim faz parte das condições de verdade, de acordo com os pressupostos vigentes na conversa da qual o enunciado faz parte. Poderíamos dizer que o que foi dito é “ $\emptyset$ Sócrates foi um filósofo”.

Assim, de acordo com o esboço de análise sintática apresentado acima, e de acordo com a elucidação de Wittgenstein, na estrutura profunda do enunciado, um nome funciona como uma descrição. Usaremos esse caráter descritivo de um nome próprio para estabelecer as condições de verdade (a semântica) de enunciados sobre o passado tais como “Sócrates foi um filósofo”, os quais envolvem indivíduos que não existem mais.

Já que, segundo o presentismo, um indivíduo que não existe mais não tem nenhuma realidade, é claro que o filósofo ateniense Sócrates não pode ser um veritador do enunciado “Sócrates foi um filósofo”. Esse enunciado sobre o passado carece de um veritador, mas isso não nos impede de apresentar sua condição de verdade, pois enunciados sobre indivíduos não mais existentes expressam proposições gerais, ao invés de proposições singulares (cf. Crisp 2004). Com isso se resolve o problema da suposta referência a um indivíduo inexistente, pois enunciados gerais denotam indivíduos sem tomá-los como elementos constituintes da proposição, logo sem o risco de conterem um indivíduo inexistente como um dos seus constituintes. Isso se dá porque os enunciados gerais denotam indivíduos pela satisfação de uma descrição, não pelo foco direto no indivíduo, sendo que não há nada no presentismo que impeça a denotação por descrição. Assim sendo, o enunciado “Sócrates foi um filósofo” não expressa uma proposição constituída respectivamente pela propriedade e pelo indivíduo $\langle x \text{ é um filósofo, Sócrates} \rangle$. Ao invés disso, quando Sócrates não mais existe, esse enunciado expressa uma sentença geral, tal como “Existe um x tal que x é assim-e-assado”. Mas isso não é suficiente, pois o problema é, justamente, que Sócrates não existe, logo não é real, segundo as exigências presentistas. Além de explicitarmos o caráter geral do enunciado, precisamos explicar o modo como funcionam as flexões verbais.

Para lidar com aquilo que foi real, mas não é mais, teremos que explicitar como uma presentista vê a linguagem. Para a presentista, não há fatos sobre o que deixou de existir, ou ainda não existe – todos os fatos dizem respeito ao que existe, obviamente (para a presentista) no presente. Mas isso não impede a presentista de falar ou pensar sobre o passado ou o futuro, pois é possível tratar as flexões verbais como modificações relativas ao presente, isto é ao que há (cf. Lloyd 1978, 222–23). Assim, dizer que Sócrates foi um filósofo é dizer que, relativamente ao presente, houve um indivíduo tal que, no futuro relativo a esse passado, esse indivíduo veio a ser chamado de “Sócrates”, e esse indivíduo foi um filósofo. Isto é, uma presentista pode analisar “Sócrates foi um filósofo” como:

No passado, existiu um indivíduo tal que ele foi um filósofo, e no futuro relativo a esse passado esse indivíduo foi chamado de “Sócrates”.

Não nego que esse esboço de proposta tem problemas. Por exemplo, esta proposta não explica como é que o nome “Sócrates”, *usado* no enunciado analisado, se torna *mentionado* metalinguisticamente na análise (cf. Evans 1982, 344). No entanto, de maneira provisória, ainda que precária, esta proposta dá conta da semântica de “Sócrates foi um filósofo” segundo as exigências do presentismo, pois nela não é preciso que um indivíduo não mais existente seja tomado como real.

Tempo e modalidades

Mas talvez você não se satisfaça com isso, pois pode parecer que estou trapaceando. Afinal de contas, se, enquanto presentista, nego a realidade dos indivíduos passados, como posso falar de Sócrates, ao invés de ficar quieto?

A resposta é que uma presentista pode falar de indivíduos passados, desde que os nomes ou descrições dos mesmos apareçam no escopo de operadores temporais. Para ver isso, vamos partir do caso mais familiar dos operadores modais. Considere o enunciado “Um unicórnio pode participar de um rodeio”. Este enunciado pode ter uma leitura que compromete a falante com a existência de unicórnios:

$$\exists x(x \text{ é um unicórnio e possivelmente}[x \text{ participa de um rodeio}])$$

Nessa leitura, se diz que existe alguma coisa tal que essa coisa é um unicórnio, e pode ser o caso de que essa coisa participe de um rodeio. Aqui, evidentemente, há compromisso ontológico da falante com a existência de ao menos um unicórnio. Mas O enunciado também pode receber uma leitura ontologicamente mais austera:

$$\text{possivelmente}(\exists x[x \text{ é um unicórnio e } x \text{ participa de um rodeio}])$$

Nesta segunda leitura, se diz que pode ser o caso que exista um unicórnio tal que esse unicórnio venha a participar de um rodeio. Aqui não se afirma que há um unicórnio, apenas que pode haver. Enquanto na primeira leitura há compromisso ontológico com a existência de ao menos um unicórnio que pode participar de um rodeio, na segunda leitura há mero compromisso com uma possibilidade, o que não é compromisso ontológico algum (cf. Ludlow 1999, 121). (É claro, estou admitindo o atualismo, isto é a teoria de que tudo o que é real faz parte do mundo atual, ao invés do rival possibilismo, isto é a teoria de que os possíveis são reais.)

Ora, algo análogo ao que se dá com as modalidades também acontece com os operadores temporais. “Sócrates foi um filósofo” pode ter uma leitura metafisicamente carregada, ao gosto das eternistas:

$$\exists x(\text{passadamente}[x \text{ é}_{\text{atemporalmente}} \text{ o referente de “Sócrates” e } x \text{ é}_{\text{atemporalmente}} \text{ um filósofo}])$$

Nesta primeira leitura, se diz que existe uma coisa tal que essa coisa é a referência do nome “Sócrates” e é um filósofo. Mas o enunciado também pode ter uma leitura metafisicamente mais frugal, ao gosto das presentistas:

$$\text{passadamente}[\exists x(x \text{ é}_{\text{atemporalmente}} \text{ o referente de “Sócrates” e } x \text{ é}_{\text{atemporalmente}} \text{ um filósofo})]$$

Nesta segunda leitura, se diz que, no passado, houve uma coisa tal que essa coisa é designada por “Sócrates”,⁹ e essa coisa foi um filósofo. Na primeira leitura, há compromisso ontológico com a existência de alguém que foi o referente de “Sócrates” e foi um filósofo. Na segunda leitura, se diz que no passado houve alguém que foi o referente de “Sócrates” e foi um filósofo. Nessa segunda leitura não há compromisso ontológico algum quanto ao que existe no presente (cf. Ludlow 1999, 121). Note que, na segunda leitura, o quantificador existencial está no escopo do operador temporal, e por isso não há compromisso ontológico, ao contrário do que ocorre na primeira leitura. É assim que o presentismo dá conta do discurso sobre o passado.

Tentativa de apelo à atemporalidade

Na proposta esboçada acima, todo discurso sobre o passado se faz relativamente ao presente. No entanto, há um filósofo que se apresenta como presentista e defende que se apele a fatos atemporais para se dar conta do discurso sobre o passado. Trata-se de Fiocco (2007; cf. discussão em dos Santos 2011). Para ele, o que torna uma sentença sobre o passado verdadeira ou falsa não é o presente ou o passado, mas sim um fato atemporal. Essa proposta pretende mostrar que não é preciso haver remissão direta ao passado, o que é consistente com a proposta presentista.

Na proposta de Fiocco, dizer que aquilo que dá valor de verdade a um enunciado sobre o passado é um fato atemporal é dizer que proposições sobre eventos se tornam verdadeiras ou falsas por causa de acontecimentos, sem que tais acontecimentos sejam os veritadores de tais enunciados. Para Fiocco, o que dá verdade a um enunciado sobre o passado não é um evento passado, mas sim uma proposição, a qual é atemporal. Assim sendo, se um enunciado sobre o passado é verdadeiro no presente, é porque há um fato atemporal que o torna verdadeiro em qualquer momento que seja. A verificação seria realizada pela proposição expressa pelo enunciado, e proposições são entidades abstratas e atemporais, as quais são instanciáveis no tempo e no espaço, mas não são existentes no tempo e no espaço. Mas essa solução não funcionaria para os fatos futuros, pois esses ainda não se deram, de modo que ainda não são atemporalmente verdadeiros. A atração dessa proposta seria deixar de lado a exigência de apelo a fatos passados para dar conta do discurso sobre o passado. Esquemáticamente, o argumento de Fiocco seria o seguinte:

A proposição expressa por um enunciado é o que a torna verdadeira, e proposições são entidades abstratas. Logo, o que torna verdadeiro um enunciado é uma entidade abstrata. Entidades abstratas não existem no tempo. Logo, o que torna verdadeiro um enunciado existe fora do tempo.

Tal como me foi apontado por uma ou um parecerista anônima ou anônimo da revista *Investigação filosófica*, esse argumento é falacioso, pois envolve a ambiguidade entre a natureza abstrata de uma proposição e um fato temporal representado pela mesma. É claro que uma proposição, se existir, é atemporal, dado que seria abstrata. No entanto, essa entidade abstrata não seria o veritador do enunciado, mas sim o veículo de tal verificação. De modo que o argumento de Fiocco não é uma opção aberta nem às presentistas, nem a ninguém.

⁹ Este é apenas um esboço de resposta, o qual é insatisfatório porque Sócrates não era chamado de “Sócrates”, em português, na Atenas da antiguidade. Uma proposta mais adequada diria que, passadamente, houve alguém tal que esse alguém futuramente veio a ser chamado de “Sócrates”, e esse alguém foi um filósofo. Formalizando um pouco: passadamente($\exists$ x[futuramente(x é o referente de “Sócrates”) e x é um filósofo]). Cf. Markosian (2004).

Apesar de não ser uma resposta viável ao problema do discurso sobre o passado, a proposta de Fiocco tem o mérito de chamar a atenção para a fronteira entre o que é temporal e o que é atemporal. Fiocco presume que proposições seriam atemporais, e ele deve estar certo sobre isso. No entanto, e se houvesse objetos abstratos similares às proposições, mas com a diferença de não serem eternos, de modo que seus valores de verdade mudassem ao longo do tempo? Não há nada que nos impeça de apelar a tais objetos semelhantes a proposições, como nota Ludlow (2001, 218–19).

Além disso, ainda que algo seja abstrato e atemporal, isso obviamente não impede que tal coisa passe a ser instanciada apenas após determinado tempo. Por exemplo, a propriedade de ser filho só passou a ser instanciada quando surgiram os animais. No caso de propriedades mais humanas, como a de ser burguês, ou garçom de café, chega mesmo a parecer que as mesmas, por mais abstratas ou universais que sejam, só vieram a ser contingentemente, na história (cf. Hacking 1986).

Seja como for, usualmente podemos tomar as propriedades como sendo atemporais, embora objetos temporais as instanciem. Pense em uma laranja que ainda não está madura, e que por isso tem a casca verde. Essa laranja instancia a propriedade de ser verde, e se nada intervir no seu desenvolvimento, essa fruta o fará até que amadureça, e passe a instanciar a propriedade de ser cor de laranja. Nem a propriedade de ser da cor verde, nem a propriedade de ser da cor laranja se modificam, de modo que essas propriedades não precisam ser consideradas como coisas que existem no tempo. Mas o indivíduo, a laranja, se modifica. Algo análogo poderia valer para as proposições, as quais seriam atemporais e imutáveis, embora pudessem ou não ser instanciadas ao longo do tempo.

Proposições

Como indicamos com a menção a Ludlow (2001), há alternativas ao compromisso ontológico com proposições. Caso não queiramos nos comprometer com uma ontologia de proposições, temos ao menos duas outras opções: a posição marginal conhecida como *sentencialismo* (Higginbotham 2009) e a posição mais marginal ainda que eu chamarei de *fatismo* (Marcus 1993). *Mutatis mutandis*, o sentencialismo é compatível com o argumento de Fiocco, pois sentenças também são entidades abstratas. Já o fatismo aniquila a solução proposta por Fiocco, pois defende que o veritador de um enunciado é, diretamente, um fato, sem o intermédio de uma proposição. Como o presentismo diz que tudo o que é real existe no presente, defender o fatismo em conjunção com o presentismo requer que se defenda a tese que apresentei mais acima das verdades sem veritadores, pois do contrário os enunciados sobre o passado não teriam valores de verdade, por falta de veritadores.

Conclusão

O presentismo, enquanto teoria que nega realidade ao passado,¹⁰ tem a obrigação de nos explicar como podemos proferir enunciados inteligíveis sobre o que não existe mais. As propostas aqui resenhadas dão às presentistas alguma esperança de lidar com esse ônus, por mais que essas propostas ainda sejam esquemáticas, e por isso carentes de detalhes e esclarecimentos fundamentais.

Nesse artigo, optei por discutir e defender algumas propostas que não são consensuais nem mesmo entre os presentistas. Nem seria preciso dizer que muitas propostas usuais nesse debate não foram nem mesmo mencionadas nesse trabalho, o qual trata de um debate amplo e ainda em curso.

¹⁰ O presentismo também nega realidade ao futuro. No entanto, por uma questão de foco, não me ocupei desse tema nesse capítulo.

Quanto à referência ao passado, discutimos principalmente a questão dos veritadores (*truth-makers*), e alguns princípios metafísicos bastante usuais, como o princípio Veritação (o qual diz que toda verdade tem um veritador) e o princípio Superveniência (o qual diz que toda verdade sobrevém à realidade). A principal conclusão é a de que tais princípios não podem se aplicar a todas as verdades, pois há verdades que não sobrevém a nada, e carecem de veritadores, tais como se dá com alguns (aqueles que são verdadeiros) enunciados existenciais negativos. Defendi que se enunciados existenciais negativos podem ser verdadeiros sem sobrevir ao que há, e sem ter veritadores, então, na falta de evidência em contrário, o mesmo pode se dar com os enunciados sobre indivíduos passados.

A partir desse resultado, discuti algumas questões linguísticas e metafísicas relacionadas. Tratei de três questões linguísticas. Primeiro, esclareci que é ingênuo esperar que alguma teoria da referência, direta ou indireta, dê subsídios suficientes para provas *a priori* da existência de quaisquer indivíduos nomeados. Segundo, apresentei evidências de que, no nível sintático, nomes próprios funcionam tal como as descrições, o que não é suficiente para refutar teorias da referência direta, mas é suficiente para pensarmos que a semântica dos nomes próprios possa requerer duas coisas. Primeiro, a satisfação de condições descritivas tácitas. Segundo, que os enunciados contendo tais nomes passem por uma análise semântica tal como aquela proposta por Russell (1978). Por fim, mostrei como a análise das flexões verbais pode ser feita de modo a não gerar compromisso ontológico com a existência de indivíduos passados.

Quanto às questões metafísicas, tratei do passado nadificado, do apelo à atemporalidade e das maneiras de tratar do problema da referência ao passado sem nos envolvermos com uma ontologia enriquecida de proposições. No âmbito da nossa discussão, uma grande motivação para que se tome a tese Veritação por um princípio que nos leva à tese Superveniência é a visão de que, se o passado nada é, então do passado nada se pode dizer. Esta é mais uma versão do problema da barba de Platão, isto é do discurso sobre o não-ser. Ora, mas o passado não precisa ser real para poder ser dito. Dado que falamos sobre o passado, e sobre o não-ser em geral, e que Veritação e Superveniência carecem de fundamentos independentes e não-circulares¹¹ para suas aplicações a tais tipos de discurso, o mais plausível é rejeitar a aplicação de tais teses a tais discursos. Foi o que fizemos ao adotar a proposta de Tallant de tomar Veritação e Superveniência por meras hipóteses a serem confirmadas ou infirmadas em cada caso.

Quanto ao apelo à atemporalidade como veritador do discurso sobre o passado, mostramos que o mesmo envolve a confusão entre o conteúdo de um enunciado e seu veículo, seja esse uma proposição ou outra coisa.

Discuti ainda duas maneiras de lidar com os enunciados que não requerem uma ontologia enriquecida de proposições. A primeira maneira é o sentencialismo, isto é a proposta de tomar os enunciados feitos no espaço e no tempo por expressões de sentenças abstratas, logo atemporais. Nessa proposta, o veritador de um enunciado seria sua respectiva sentença, e a verdade ou falsidade da mesma dependeria da satisfação das suas condições de verdade. A segunda proposta é o fatismo, o qual nos diz que o veritador de um enunciado é, diretamente, aquilo que é dito. A primeira proposta é compatível com uma teoria que apele a veritadores atemporais, mas a segunda requer uma teoria com veritadores temporais.

Não custa insistir que várias propostas e questões não foram discutidas ou mencionadas, como por exemplo o problema análogo do discurso sobre indivíduos futuros. Isto fica para outra ocasião.

¹¹ Se eu digo que há verdades sem veritadores, e você replica que se algo é verdade então tem veritador, então a tese Veritação é um princípio, então sua argumentação incorre na falácia da petição de princípio.

Referências bibliográficas

- Berger, Alan. *Terms and truth: reference direct and anaphoric*. Cambridge, USA: The MIT Press, 2002.
- Caplan, Ben e David Sanson. Presentism and truth-making. *Philosophy compass* 6(3): 196–208.
- Cardoso, Tomás R. *Nomes vazios*. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB, 2011.
- Chierchia, Gennaro. *Semântica*. 1ª reimpr. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- Crisp, Thomas M. On presentism and triviality. In: Dean W. Zimmermann (ed.), *Oxford studies in metaphysics, volume 1*. Oxford: Clarendon Press, 2004.
- Davidson, Donald. Truth and meaning. In: A. P. Martinich e David Sosa (eds.), *Analytic philosophy: an anthology*. Malden: Blackwell, 2001.
- Davidson, Matthew. Presentism and grounding past truths. *Matthew Davidson's home page*, <http://philosophy.csusb.edu/~mld/>, rascunho de 2011-10, acessado em 2011-12-05.
- Donnellan, Keith. Speaking of nothing. In: Stephen P. Schwartz (ed.), *Naming, necessity, and natural kinds*. Ithaca e London: Cornell University Press, 1977.
- Dos Santos, César Schirmer. Presentismo, referência ao passado e proposições. *Investigação filosófica* 2(2): 1–8, 2011.
- Evans, Gareth. *The varieties of reference*. Edited by John McDowell. Oxford: Clarendon Press, 1982.
- Fine, Kit. *Modality and tense: philosophical papers*. Oxford: Clarendon Press, 2005.
- Fiocco, M. Oreste. A defense of transient presentism. *American philosophical quarterly* 44(3): 191–212, 2007.
- Fornazari, Sandro Kobol. A crítica deleuziana ao primado da identidade em Aristóteles e em Platão. *Trans/Form/Ação* 34(2): 3–20, 2011.
- Frankfurt, Harry G. *Démons, rêveurs et fous*. Paris: PUF, 1989.
- Hacking, Ian. Inventando pessoas. In: *Ontologia histórica*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009 (1986).
- Higginbotham, James. The nature and structure of content. *Philosophical books* 50(1): 29–37, 2009.
- Lewis, David. Tensed quantifiers. In: Dean W. Zimmermann (ed.), *Oxford studies in metaphysics, volume 1*. Oxford: Clarendon Press, 2004.
- Lloyd, Genevieve. Time and existence. *Philosophy* 53: 215–228, 1978.
- Ludlow, Peter. Metaphysical austerity and the problem of temporal and modal anaphora. *Philosophical perspectives* 15: 211–227, 2001.
- Ludlow, Peter. *Semantics, tense and time*. Cambridge, USA: The MIT Press, 1999.
- Ludlow, Peter. Presentism, triviality, and the varieties of tensism. In: Dean W. Zimmermann (ed.), *Oxford studies in metaphysics, volume 1*. Oxford: Clarendon Press, 2004.
- Ludlow, Peter. Contextualism and the new linguistic turn in epistemology. In: G. Preyer e G. Peter (eds.), *Contextualism in philosophy: knowledge, meaning, and truth*. Oxford e New York: Oxford University Press, 2005.

Ludlow, Peter. Descriptions. *Stanford encyclopedia of philosophy*. <http://plato.stanford.edu/entries/descriptions/>, atualizado em 2007-07-26, acessado em 2011-12-06.

Markosian, Ned. A defense of presentism. In: Dean W. Zimmermann (ed.), *Oxford studies in metaphysics, volume 1*. Oxford: Clarendon Press, 2004.

Marcus, Ruth Barcan. Some revisionary proposals about belief and believing. In: *Modalities*. New York: Oxford University Press, 1993.

McKinnon, Neil e John Bigelow. Presentism, and speaking of the dead. *Philosophical studies*, published online: 26 March 2011.

McKinsey, Michael. Anti-individualism and privileged access. In: Peter Ludlow e Norah Martin (eds.), *Externalism and self-knowledge*. Stanford: CSLI Publications, 1998.

Quine, Willard Van Orman. *De um ponto de vista lógico*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Ricoeur, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

Russell, Bertrand. Da denotação. In: *Os pensadores: Russell*. Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Soames, Scott. *Beyond rigidity: the unfinished semantic agenda of Naming and necessity*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Tallant, Jonathan. Presentism and truth-making. *Erkenntnis* 71: 407–416.

Wittgenstein, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. In: *Os pensadores: Wittgenstein, Moore*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.